

# Viagens reabrem a renegociação

WILSON PEDROSA



Tarcísio: protecionismo está frustrando a recuperação

A fase 3 da renegociação da dívida de US\$ 100 bilhões já começou com a última rodada de conversações dos ministros Delfim Netto e Ernane Galveas, nos Estados Unidos, embora de acordo com a versão oficial só a partir da metade do ano é que o governo deveria sentar-se com os banqueiros para discutir o débito de 1985 em diante. Como estava previsto desde a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) em setembro do ano passado, as condições de pagamento estão se revelando insuportáveis para o Brasil, fazendo com que o governo tente reabrir as negociações em torno de uma nova exigência: a inclusão dos juros anuais no total a ser rolado.

A fórmula é conhecida como capitalização dos juros uma expressão até agora banida do vocabulário dos banqueiros, sob a alegação de que a legislação americana impede este tipo de operação. Em síntese é a idéia mais razoável de permitir que os pagamentos de juros sejam suspensos durante alguns anos, embora as quantias

devidas continuem sendo contabilizadas pelos bancos credores, inclusive juros sobre juros, para pagamento posterior. E a mesma coisa que os banqueiros admitiram par para a parcela do principal, onde as amortizações devidas pelo Brasil em 1983 e 1984 foram roladas através da contratação de novos empréstimos de longo prazo.

Após negar esta hipótese durante muito tempo, as autoridades econômicas dobraram-se à evidência quando as taxas norte-americanas de juros voltaram a revelar tendência de alta, em consequência do déficit fiscal de US\$ 200 bilhões que o Estados Unidos não se dispõem a reduzir neste ano eleitoral. A primeira rate deve subir ainda mais este ano, podendo chegar a 14 ou 15% de acordo com especialistas. Em poucas semanas subiu de 11% para 12,5%, obrigando o Brasil a reservar mais US\$ 1 bilhão para pagar juros se a tendência for mantida durante doze meses. A estimativa original, com que trabalharam os técnicos do FMI e do governo, era de apenas 10,5% de juros este ano, o que daria

cerca de US\$ 10,8 bilhões. Com as últimas altas este total poderá chegar a US\$ 12 bilhões, o que significa que o superávit conseguido na balança comercial, com um mês de exportação, será suficiente apenas para pagar os juros adicionais aos banqueiros.

Esta situação agrava ainda mais a recessão interna, impedindo a retomada do crescimento em bases sólidas. O governo entende que o interesse do presidente norte-americano em se reeleger este ano dificulta qualquer proposta de aumento dos impostos ou redução imediata nos gastos governamentais americanos — única forma de diminuir a pressão sobre o mercado de títulos e assim permitir a queda no custo do dinheiro. De qualquer forma, os credores entendem ser muito difícil chegar a um novo acordo com o Brasil — em torno da maior dívida externa do mundo — antes da definição do quadro político interno: os banqueiros, bem como o FMI e o governo americano, vão querer saber com quem devem conversar ao longo dos próximos anos.